



**RAFAEL LINS BERTAZZO**

*Prefácio*

Marco Aurélio de Lima Choy

*Apresentação*

José Alberto Simonetti

## **AUDIÊNCIAS E CONSULTAS PÚBLICAS**

**A DEMOCRACIA MATERIAL NA FUNÇÃO  
ADMINISTRATIVA**

**Área específica da obra**

Direito Administrativo.

**Áreas afins do livro**

Direito Constitucional e Direito Público.

**Palavras-chave**

Direito Administrativo. Democracia. Audiências e Consultas Públicas. Administração Pública.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm

**CÓDIGO:** 3404

A obra *Audiências e Consultas Públicas: a democracia material na função administrativa* consiste na versão comercial da dissertação de mestrado apresentada por Rafael Lins Bertazzo para a obtenção da titulação na Universidade de São Paulo.

Com linguagem acessível, o autor explora as transformações vivenciadas na Administração Pública, como a questão da (des)construção do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular, a exigência do dever de ponderação, consagrado no ordenamento jurídico pelas alterações na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro pela Lei n. 13.655/2018, chegando ao ponto da Administração Consensual ou Dialógica, concepção que contém ambiente favorável e pertinente à realização das audiências e consultas públicas como veículo de auxílio à formação da decisão pelo gestor público, sendo considerados no texto mecanismos para tornar os instrumentos de participação popular na Administração Pública efetivos e considerados pelo administrador público na tomada de decisão.

B536a Bertazzo, Rafael Lins

Audiências e consultas públicas: a democracia material na função administrativa / Rafael Lins Bertazzo. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

139 p. 14,5x21,5cm  
ISBN impresso 978-65-5518-769-4  
ISBN digital 978-65-5518-771-7

1. Direito administrativo. 2. Democracia. 3. Audiências e consultas públicas.  
4. Administração Pública. I. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BERTAZZO, Rafael Lins. *Audiências e consultas públicas: a democracia material na função administrativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 139 p. ISBN 978-65-5518-769-4.

## Rafael Lins Bertazzo

Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Procurador do Estado do Amazonas. Advogado. Atualmente licenciado para exercer o cargo de Procurador-Geral do Município de Manaus desde 2023. Foi Secretário Municipal Chefe da Casa Civil da Prefeitura de Manaus nos anos de 2022 e 2023. Professor Universitário convidado de cursos de especialização.

# SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Marco Aurélio de Lima Choy .....	11
APRESENTAÇÃO	
José Alberto Simonetti .....	15
INTRODUÇÃO .....	17
CAPÍTULO 1	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONSENSUAL .....	23
1.1 A democratização da função administrativa: o déficit democrático .....	23
1.1.1 Democracia formal: concepção positivista .....	23
1.1.2 Democracia material ou substantiva: concepção pós-positivista .....	31
1.1.3 O Déficit Democrático na função administrativa: conceituação .....	37
1.2 Reflexões acerca do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular .....	43
1.2.1 A “desconstrução” .....	43
1.2.2 A “reconstrução” .....	47
1.2.3 Convergência entre as correntes doutrinárias: a necessidade de ponderação .....	51
1.2.4 O dever de ponderação na Lei n. 13.655/2018 .....	54
1.3 O processo administrativo e a administração pública consensual .....	57
CAPÍTULO 2	
AUDIÊNCIAS E CONSULTAS PÚBLICAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	63
2.1 Audiências e consultas públicas: participação <i>uti socius</i> ou <i>uti cives</i> .....	63
2.1.1 Conceitos e distinção .....	66
2.1.1.1 Consultas Públicas: conceito e alcance .....	68
2.1.1.2 Audiência pública: conceito e alcance .....	71
2.1.1.3 Distinções procedimentais .....	73
2.2 Finalidade da participação popular na formação do ato administrativo .....	74
2.2.1 Prisma jurídico: condição de validade do procedimento e decisão administrativa .....	75
2.2.2 Prisma instrutório .....	76
2.2.3 Prisma sociológico .....	78
2.3 Convocação das audiências e consultas públicas .....	80
2.3.1 Ato discricionário ou ato vinculado? .....	82
2.4 Procedimento .....	87
2.4.1 Procedimento da consulta pública .....	87
2.4.1.1 Procedimento da Lei n. 9.784/1999 .....	89
2.4.1.2 Procedimento da LINDB .....	92
2.4.2 Procedimento da audiência pública .....	93
2.4.2.1 (In)Aplicabilidade do princípio do contraditório .....	95
2.4.2.2 Restrição de participação em audiências públicas .....	99
2.4.2.3 Prolongamento e fracionamento das audiências públicas .....	103
CAPÍTULO 3	
FASE DECISÓRIA DAS AUDIÊNCIAS E CONSULTAS PÚBLICAS .....	109
3.1 Direito subjetivo em ver os argumentos deduzidos considerados na decisão administrativa .....	109
3.2 O dever de decidir nas consultas públicas: o agrupamento de respostas para decisão única da administração pública ..	115
3.3 Ausência de vinculação da administração pública .....	118
CONCLUSÃO .....	125
REFERÊNCIAS .....	131